

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CURSO DE PEDAGOGIA

ANA PAULA DA SILVA MENDONÇA

AVALIAÇÃO: QUE BICHO É ESSE?

RIO DE JANEIRO

2007

ANA PAULA DA SILVA MENDONÇA

AVALIAÇÃO: QUE BICHO É ESSE?

Monografia apresentada à Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora:

Prof^a. Dra. Cláudia O. Fernandes.

RIO DE JANEIRO

2007

DEDICATÓRIA

É com todo carinho que dedico esse trabalho a pessoas tão especiais que estiveram ao meu lado por toda essa trajetória de muita luta e garra.

Ao meu namorado Valdeson, por ter aturado o meu mau humor e conversas intermináveis sobre monografia.

A minha amiga Luana Nascimento, por ter me ensinado a usar o computador e a formatar trabalhos por inúmeras vezes sem perder a paciência.

A Renata Costa, por passar para mim toda a tranquilidade e paz existente em seu coração.

A minha querida irmã Ana Carolina, por ter me ouvido ler os capítulos da monografia, mesmo não tendo interesse pelo assunto.

Ao meu querido cunhado Thiago Almeida, por ter pegado os livros emprestado da biblioteca da faculdade onde ele estuda.

A minha querida amiga e cunhada Cristina, por ter me ajudado desde o início da faculdade com a parte prática dos trabalhos do curso.

Em especial, aos meus amigos e companheiros inseparáveis, Daniel, Livia e Tatiana.

À querida orientadora Claudia Fernandes.

E, finalmente, a minha mãe e ao meu pai, por terem confiado em meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as oportunidades que me foram dadas.

Amorosa

Qualitati**V**a

Tr**A**nsformadora

Aco**L**hedora

Inclusiva

H**A**rmônica

Emo**Ç**ão

Interaç**Ã**o

FOrmativa

RESUMO

A presente monografia teve como objetivo principal analisar a questão da avaliação da aprendizagem que ocorre no contexto escolar sob a perspectiva da relação família e escola. Num primeiro momento, discutiu – se sobre o que é o ato de avaliar, assim como, as suas principais funções. Num segundo momento, passou-se a discorrer a respeito das diversas percepções sobre avaliação de acordo com os autores pesquisados. Prosseguiu-se com a análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais, mas especificamente a parte que se refere à avaliação. Dessa forma, pretende - se levar os educadores, bem como os familiares dos alunos e também a comunidade escolar como um todo, a perceberem que a avaliação pode ser um instrumento mediador da aprendizagem. Nessa perspectiva, tal instrumento representa um recurso importantíssimo para que o educador possa fazer o acompanhamento de todo o processo educativo percorrido por seus alunos e assim interferir quando necessário.

Palavras – chave: Família; escola; avaliação.

SUMÁRIO

Introdução	07
Capítulo I – Avaliação: princípios e conceitos	11
1.1. Conceituando avaliação	11
1.2. Discutindo a função da avaliação escolar	14
Capítulo II – Avaliação: o que dizem os autores?	18
2.1. Algumas considerações teóricas sobre avaliação e exercícios escolares	18
2.2. Relação família / escola / avaliação: a perspectiva dos autores	21
2.3. Família – escola: um diálogo permanente	27
Capítulo III – Avaliação nos Parâmetros Curriculares Nacionais	31
3.1. Relação família / escola / avaliação: a visão oficial	31
Capítulo IV – Considerações Finais	34
Referências	37

INTRODUÇÃO

A escolha do tema está articulada as oportunidades que tive ao fazer as observações em sala de aula, exigidas nas várias disciplinas que fazem parte da grade curricular deste curso. Senti que há dificuldades por parte das famílias em acompanhar junto a seus filhos o processo de ensino – aprendizagem e conseqüentemente da avaliação.

A necessidade de se estudar como se dá essa relação entre família / escola / avaliação se sustenta e é reafirmada quando a escola mostra esforço em considerar que o processo de avaliação deve ser coletivo e que, portanto, devem fazer parte deste, todos da comunidade escolar. Ou seja, educadores, diretores, alunos, pais, entre outros.

Há necessidade então, de se estabelecer / construir uma parceria entre os familiares dos alunos e a equipe escolar para que juntos e em interação possam refletir sobre o ambiente sócio – cultural em que os alunos estão inseridos, para que tenham condições de intervir quando necessário e buscar formas em que o aprendizado seja algo satisfatório tanto para, educadores, alunos, quanto para os pais. Pois desta maneira, a formação do aluno será melhor e muito mais completa.

Assim, cabe mencionar, que nas discussões feitas sobre ensino – aprendizagem a questão da avaliação vem ocupando um lugar de destaque e nas escolas com o passar dos anos de escolaridade, este processo tem experimentando várias modificações.

Entretanto, o que se percebe no contexto escolar é que não há muitas vezes uma idéia clara ou concreta sobre o que é avaliar. O que os professores sabem é que precisam “*informar o que cada aluno e aluna sabe e atribuir um valor a seus conhecimentos*” (ESTEBAN, 2005, p.13). E isso acaba reduzido este ato a resultados de prova e conceitos, que descartam a hipótese de uma orientação onde a aprendizagem possa acontecer da melhor forma possível. Sendo assim, por não saber como avaliar, o educador acaba classificando e julgando seus alunos, não levando em consideração todo o processo cotidiano que ocorre na instituição escolar.

De acordo com Esteban¹ (idem, p.33):

A avaliação vem marcando, expondo, classificando e excluindo os alunos e alunas que não aprendem, os professores e professoras que não ensinam, as famílias que não colaboram, os funcionários que não têm competência.

¹ É doutora em Educação pela Universidade de Santiago de Compostela. Atualmente leciona na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Jogando luz sobre o que não fazem e anunciando, alto e bom som, suas incapacidades, a avaliação joga para uma zona opaca e silenciosa as questões que podem nos ajudar a compreender e a interagir. Ressaltando a negação, o que se nega é a própria potência da escola e dos processos emancipatórios que ali se realizam.

Porém, como já foi mencionado anteriormente, em algumas escolas, tal concepção vem se modificando. O que se espera é que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem possam construir um novo olhar sobre essa prática de avaliação, superando a concepção equivocada que vê a avaliação como um momento em que o educador atribui notas ao conhecimento do aluno. Neste sentido, alguns autores já vem apontando de forma crítica, que o ato de avaliar está sendo reconstruído a partir de novas práticas.

Assim, a presente monografia tem como objetivo principal refletir sobre como a avaliação da aprendizagem escolar, vem sendo tratada pelos autores pesquisadores da área sob a perspectiva da relação família / escola.

Na crença de que surjam novas posturas sobre o ato de avaliar é que ao longo deste estudo se pretende, ainda, alcançar os seguintes objetivos:

- Compreender o que é e qual a principal função da avaliação;
- Discutir através da bibliografia específica, a temática da relação escola – família no que refere a avaliação.

E por ter despertado em mim vários questionamentos, senti a necessidade de nortear minha ação investigativa pelas seguintes perguntas:

- O que é avaliação?
- Quais são as principais funções da avaliação?
- O que a bibliografia específica tem indicado como sendo as principais questões enfrentadas pela escola na sua relação com a família no que tange a avaliação da aprendizagem escolar?

As reflexões aqui feitas estão fundamentadas no pensamento de Celso Vasconcellos², que considera a avaliação como um recurso para refletir sobre a prática. Apoiar-se-á também

² Nasceu em Jaú, Estado de São Paulo, em 12 de fevereiro de 1956. É Doutor em Didática pela USP, Mestre em Filosofia da Educação pela PUC – SP; formou-se em Filosofia e Pedagogia pela Faculdade de Filosofia N. S. Medianeira.

em autores como Vasco Moretto³, Regina Haydt, Paulo Freire e nos textos que discutem os meios necessários para que a avaliação não seja vista apenas como um ato que seleciona e classifica os educandos. Essas questões serão relacionadas às questões teóricas e metodológicas vinculadas aos estudos sobre uma percepção clara sobre o ato de avaliar, que também serão pesquisados por mim, nos textos de Hoffmann⁴ (1993, 1998), para quem a avaliação deve ser uma prática mediadora onde o professor possa acompanhar todo o percurso de seus alunos; Perrenoud (1999); Luckesi⁵ (1997, 2000), que vê a avaliação como um veículo que auxilia no progresso dos resultados; Esteban (2005, 1999); Fernandes (2004, 2007, 2006); entre outros autores que serão trabalhados no decorrer desta monografia.

Quanto ao conteúdo deste trabalho, este estará organizado da seguinte forma:

- Capítulo I – mostraremos um pequeno percurso sobre as diferentes concepções existentes sobre o que é ato de avaliar e quais as suas principais funções.
- Capítulo II – será apresentada a percepção de diferentes pesquisadores sobre a questão da avaliação, através da análise de diferentes bibliografias.
- Capítulo III – Estará reservado a concepção existente sobre a avaliação na visão oficial, ou seja, na percepção do MEC, contida no Parâmetros Curriculares Nacionais.
- Capítulo IV – serão feitas as considerações finais.

As teorias que norteiam esta monografia baseia – se na visão de que avaliação e educação estão relacionadas, e, que, portanto avaliação deve propiciar que o aluno construa seu conhecimento, num ambiente onde é possível se fazer questionamentos, levantar hipóteses, trocar experiências, através de uma prática de avaliação mais reflexiva e menos autoritária, onde o aluno sem ser oprimido possa dar sua opinião.

No que se refere à abordagem metodológica, para responder as questões que aqui me propus refletir, opto em utilizar a pesquisa de tipo bibliográfica, para nortear a minha ação investigativa.

A pesquisa bibliográfica em si trabalha com as denominadas fontes secundárias. A partir de um tema, o pesquisador busca na bibliografia produzida sobre o assunto o que é de interesse para responder sua questão.
(FERNANDES & OLIVEIRA, 2006, p. 14)

³ Mestre em Didática das ciências e doutorando em Didática.

⁴ Mestrado em Avaliação Educacional pela UFRJ, em 1981. Fundamenta suas pesquisas em Paulo Freire e Jean Piaget. Vem participando de diversos seminários no país, debatendo sobre a prática da avaliação mediadora.

⁵ Nasceu em 1943 em São Paulo. Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Salvador, em 1970; Doutor em Filosofia da educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1992; Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, em 1976.

Para dar início a minha pesquisa e evitar deslocamentos desnecessários, me utilizei de informações computadorizadas (investigações on – line) para fazer o levantamento da bibliografia a ser utilizada. Feito isso, visitei algumas bibliotecas e quando senti dificuldade procurei ajuda do bibliotecário de plantão.

Na concepção de Nogueira (2004, p. 76),

o auxílio de um profissional pode ser útil quando não encontramos uma determinada obra ou quando temos dificuldade em consultar os catálogos. Como regra geral, podemos dizer que os bibliotecários conhecem bem a forma e o conteúdo dos livros que compõem a biblioteca onde trabalham e podem ser de uma preciosa ajuda.

Nesse sentido, não pretendo repetir o que foi dito por outros pesquisadores, mas, sim, partir das discussões feitas por eles sobre a temática em questão, para refletir e quem sabe elaborar algo de diferente.

Este estudo trata – se então, de uma pesquisa simples e concisa que aborda questões de extrema importância acerca da avaliação da aprendizagem escolar, não pretendendo trazer soluções, mas contribuir para reflexões relacionadas a esta temática.

AVALIAÇÃO: PRINCÍPIOS E CONCEITOS

1.1. Conceituando avaliação

Na década de 40, não havia distinção entre o termo avaliar e medir. Entretanto, com o passar dos anos observou – se que essa abordagem possuía limitações. Percebeu – se que no campo da educação, nem tudo pode ser medido.

O significado do termo “avaliar” é determinar / estimar um juízo de valor ou merecimento. Segundo Regina Cazaux:

... avaliar é julgar ou fazer a apreciação de alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores. Assim sendo, a avaliação consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos e na interpretação desses resultados com base em critérios previamente definidos. (HAYDT, 1994, p. 10).

Entretanto, destaca – se que o termo avaliação é constantemente associado a exames. Visão esta que é resultante da perspectiva tradicional de ensino, que ainda é muito presente em nossa sociedade e cujo objetivo maior centra – se na transmissão de conteúdos escolares. O aluno nesta perspectiva não interage com o que lhe posto, apenas o recebe. O educador atua como o informador ou aquele que leva o conhecimento pronto para que o aluno o absorva através de mecanismos, muito mais memorizando do que criando. Quanto a avaliação da aprendizagem, este momento é encarado pelo aluno como uma demonstração de dominação, onde o mesmo terá de provar que realmente assimilou o conteúdo transmitido pelo educador.

Dentro de uma concepção mais recente, podemos destacar os pressupostos de Paulo Freire onde ele diz que *“ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”* (FREIRE, 1996, p.52). Nessa abordagem o educando participa da construção do seu conhecimento, como ser ativo e não passivo, contrariando a idéia de que o conhecimento é algo “para dentro do aluno”. O professor neste aspecto é como um mediador, ou seja, ele estabelece relações entre o conteúdo a ser ensinado e os conhecimentos prévios do aluno, para que este possa a partir do que está sendo – lhe apresentado, ampliar seus horizontes e construir uma análise crítica sobre o que está a sua volta.

Verificou-se assim, que a avaliação é constituída por um conjunto de ações que possuem funções, dentre as quais destaca - se sua capacidade de orientar e intervir na ação

pedagógica. Possibilita ao professor conhecer as dificuldades e diferenças de ritmo e aprendizagem de seus alunos e permite ainda, que os diferentes sujeitos envolvidos neste processo, decidam se serão necessárias medidas que redirecione o fazer pedagógico, em busca de estratégias que possam suprir as reais necessidades dos educandos.

Desta forma, a avaliação não se restringe apenas a verificar se o educando está se apropriando do conteúdo ensinado pelo educador, ela passa a olhar o aluno com um todo, observando o processo pelo qual está percorrendo e criando possibilidades para que aconteçam avanços coletivos e / ou individuais.

Entretanto, deve ser destacado que a concepção de avaliação que tem dominado no contexto escolar é a que dá ênfase à avaliação como uma prática seletiva e classificatória, cuja finalidade está em decidir se um educando será ou não promovido para a série seguinte. Ressalta-se ainda que a reprovação de alguns alunos é vista como uma nova oportunidade para que o mesmo possa no ano seguinte sentir-se motivado para aprender os conteúdos que a escola espera que ele aprenda, e assim, ser considerado promovido a série subsequente. Entretanto, sabemos que é praticamente um mito acreditar que a reprovação vai mesmo ajudar um aluno, pois se isso fosse verdade, dificilmente um educando ficaria reprovado várias vezes. Segundo Vasconcellos, *“o aluno no Brasil está levando em média quase 12 anos para concluir o ensino fundamental, portanto, repetindo 4 vezes...”* (1998, p. 69).

Em certos momentos alega-se, que com a reprovação o aluno no ano posterior, receberá mais atenção dos professores, quando o essencial seria dar apoio ao decorrer do processo. O que se percebe é que no ano seguinte, estes professores acabam por rotular e estigmatizar o aluno que foi reprovado.

A professora, às vezes, sabe, ou suspeita, que muitas vezes a reprovação não faz o aluno ou aluna aprender, que nem sempre é uma nova oportunidade; mas sabe, também, ou continua suspeitando, que para não classificar e excluir é preciso que muita coisa mude na escola, inclusive em si mesma. (ESTEBAN, 2005, p.23)

Outro argumento utilizado pelos educadores refere – se ao discurso de que o aluno não possui base para a série seguinte. *“Passa a ser mais importante localizar e denunciar a falta de base do aluno do que se comprometer em superá – la...”* (VASCONCELLOS, 1998, p. 69).

Em uma outra perspectiva sobre a avaliação, podemos dizer que cotidianamente lidamos com este ato, não com os mesmos significados que estamos discutindo, pois há diferentes formas de se avaliar. Mas, por exemplo, em situações informais, como em uma

conversa, relações profissionais, em sala de aula, mesmo que de forma inconsciente atribuímos um juízo de valor sobre nossas relações sociais. Este tipo de avaliação envolve sentimentos, emoções, possuindo um caráter mais informal.

E, como já foi dito anteriormente, na escola, a avaliação está presente a todo o momento, fazendo parte da rotina escolar. Neste contexto, educador e educando em sua interação vão se avaliando. Pois, além de verificar o nível de aprendizagem de seus alunos, através do ato de avaliar, o educador, pode ao mesmo tempo verificar informações sobre sua própria prática. Uma vez que os resultados da aprendizagem do aluno são reflexos do ensino lhes dado. Ou seja, *‘pelos resultados dos alunos e alunas também se atribuem valores à professora’* (ESTEBAN, 2005, p.20). Sendo assim, podemos dizer ainda, que a avaliação serve então, para fornecer dados ao professor para que este possa buscar recursos que auxiliem sua forma didática de ensino, visando o aperfeiçoamento do mesmo para que seus objetivos sejam alcançados com êxito.

Para Luckesi (2000), a avaliação é um ato que inclui os educandos e os envolvem em práticas democráticas, dinâmicas e que possibilita a construção do conhecimento. Afirma ainda, que para a tomada de decisão, este ato pressupõe um juízo de valor. Interpretar, analisar, verificar e observar são atos que estão diretamente relacionados à avaliação escolar, contribuindo então, para a construção do conhecimento.

Para Maria Teresa Esteban (2005, p.14),

apesar das tentativas de troca e de ser uma atividade que abarca todos os envolvidos na relação pedagógica, dificilmente constitui um processo coletivo e plural, pois, tendo como objetivo atribuir um valor a alunos e alunas, a avaliação classificatória não proporciona espaços significativos para um diálogo profundo, em que o processo e seus resultados possam ser compartilhados pelos sujeitos nele envolvidos.

Cabe mencionar ainda, que para a autora referida acima, a avaliação classificatória funciona como algo que distancia os sujeitos envolvidos no processo pedagógico. Pois o objetivo principal centra – se na atribuição de valores as (os) alunos (as).

Neste aspecto, *‘a avaliação deve ser entendida como uma prática investigativa e não sentenciosa, mediadora e não constativa’*. (GUEDES⁶. Apud. HOFFMANN, 2006, p. 12). Pois, desta forma, a avaliação deixa de ter o caráter classificatório que prevê o julgamento do

⁶ Atualmente é Doutoranda em Educação da Universidade Federal Fluminense e também diretora pedagógica da Casa Monte Alegre Educação Infantil que fica na cidade do Rio de Janeiro.

conhecimento que a criança possui e passa a refletir sobre novas formas de avaliação que colaboram para o crescimento dos envolvidos neste processo.

Deste modo, como afirma Claudia Fernandes⁷ (2004, p. 8):

avaliar é um processo no qual realizar provas, testes, atribuir notas ou conceitos são apenas uma parte do processo. Portanto, avaliar as questões relativas à formação dos alunos é fundamental para que não percamos de vista a função social da escola, para que nossos alunos se tornem cidadãos conscientes, responsáveis.

Na concepção de Celso Vasconcellos (1998, p. 85),

avaliação é um processo de captação das necessidades, a partir do confronto entre a situação atual e a situação desejada, visando uma intervenção na realidade para favorecer a aproximação entre ambas. Avaliar é ser capaz de acompanhar o processo de construção do conhecimento do educando, para ajudar a superar obstáculos. É diferente de “ensinar” e cobrar o produto final, e ser apenas capaz de dizer se confere ou não com o certo, com o parâmetro.

Segundo Vasconcellos, a avaliação pressupõe um vínculo entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. Diante disso a avaliação pode ser mediada utilizando – se ou não de “instrumentos material”. Considera ainda, que a avaliação deve ter como principal finalidade a garantia de que o aluno submetido a este ato vai construir seu conhecimento. Sendo assim, todos os envolvidos neste ato, ou seja, professor e aluno podem e devem se avaliar.

1.2. Discutindo a função da avaliação escolar

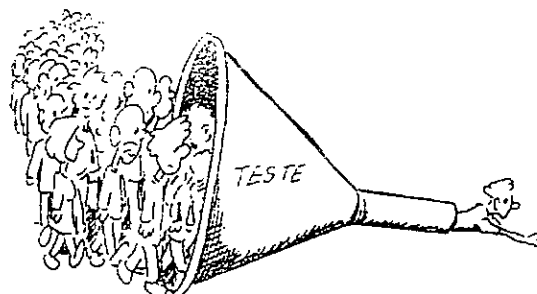
O ato de avaliar é um processo que deve acontecer durante todo o ano letivo e não estar dedicado a certos momentos. Quando não está restrito ao julgamento, a seleção e a classificação dos alunos, podemos dizer que a avaliação encaminha e ampara a atividade pedagógica.

⁷ Professora Adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Educação pela PUC – RIO.

Devemos considerar que existem diferentes funções que devem ser levadas em consideração em relação à avaliação. Ou seja, a idéia de avaliação ainda se presta mais a exclusão, classificação e a seleção do que a formação e a integração. Ainda encontramos professor que utiliza a prova como um instrumento de poder para punir seus alunos, exercendo assim, função controladora. Quanto à função classificatória, podemos dizer que esta é exercida quando o professor através de provas, testes, entre outros instrumentos, tem a preocupação de apenas classificar, julgar seus alunos.

Desta forma, não podemos considerar isso como a base constitutiva da avaliação. Pois, a função básica desta, deve centrar-se em tomar decisões em busca de resultados satisfatórios no processo ensino – aprendizagem.

Articulada a função da avaliação acima descrita, existem outras funções. Tais como: melhorar a aprendizagem e o ensino através da avaliação diagnóstica, ou seja, a avaliação que possibilita ao educador encontrar as dificuldades de seus alunos e buscar meios que possam ajudá – los a superar; auxiliar os alunos a progredirem nos objetivos que se pretende alcançar; criar espaços para que professor e aluno possam se autocompreenderem.



Fonte: Esteban, 1999, p. 08.

Educando e educador, por meio dos atos de avaliação, como aliados na construção de resultados satisfatórios da aprendizagem, podem se autocompreender no nível e nas condições em que se encontram, para dar um salto à frente. Só se autocompreendendo é que esses sujeitos do processo educativo podem encontrar o suporte para o desenvolvimento. Em primeiro lugar, é necessário ter consciência de onde se está, tendo em vista escolher para onde ir. Por meio dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, o educando poderá se autocompreender com a ajuda do professor, mas este também poderá se autocompreender no seu papel pessoal de educador, no que se refere ao seu modo de ser, às suas habilidades para a profissão, seus métodos, seus recursos didáticos etc. Como aliados do processo ensino-aprendizagem, educador e educando podem se autocompreender a partir da avaliação da aprendizagem, o que trará ganhos para ambos e para o sistema de ensino. (Luckesi, 1997, p.176)

Para Haydt (1994) através dos dados coletados na avaliação diagnóstica, o professor verifica se seus alunos possuem conhecimentos necessários para novas aprendizagens; permite averiguar se os objetivos estão sendo alcançados; e, cria condições para que os

educandos tenham noção de suas dificuldades, erros e acertos, funcionando como um auxílio / suporte no seu crescimento.

A avaliação diagnóstica deve ser utilizada então, como um mecanismo de orientação para novos rumos. Exigindo assim, que sejam escolhidos procedimentos e critérios coerentes ao processo ensino – aprendizagem, bem como, aos objetivos e desejos de professores e alunos.

Para Celso Vasconcellos (1998, p. 82),

a finalidade maior da avaliação da aprendizagem, dentro de um horizonte de uma educação dialética – libertadora, numa abordagem sócio - interacionista, é ajudar a escola a cumprir sua função social transformadora, ou seja, favorecer que os alunos possam aprender e se desenvolver, levando – se em conta o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Considerando que a avaliação sempre pressupõe uma relação de poder, cabe redirecioná – lo: à prática excludente da atual sociedade, contrapor o projeto de uma sociedade mais democrática, tendo como uma das mediações para isto o trabalho com o conhecimento.

Em face ao exposto, cabe destacar ainda, os diferentes tipos de etapas que envolvem a avaliação da aprendizagem escolar, na concepção de Luckesi (2000). São elas:

- Acolher:

A avaliação deve ser um ato acolhedor, que inclui os indivíduos. E, para que isso ocorra, será necessário que os envolvidos no contexto escolar acolham uns aos outros em todas as dimensões. Que sejam acolhidos então, sentimentos, ações, tudo o que esteja acontecendo. Pois, ao acolher uma dada situação estaremos evitando a recusa e de certa forma, nos preparamos para avaliar e tomar decisões quanto à prática educativa.

Simbolicamente, podemos dizer que a avaliação, por si, é acolhedora e harmônica, como o círculo é acolhedor e harmônico. Quando chamamos alguém para dentro do nosso círculo de amigos, estamos acolhendo - o. Avaliar um aluno com dificuldades é criar a base do modo de como incluí-lo dentro do círculo da aprendizagem; o diagnóstico permite a decisão de direcionar ou redirecionar aquele que está precisando de ajuda. (Luckesi, 1997, p. 173)

- Diagnosticar:

A própria avaliação é um ato diagnóstico, que possui os mesmos pressupostos do ato de acolher, ou seja, sua finalidade é incluir algo, constatado anteriormente e atribuir-lhe uma qualidade em busca de resultados satisfatórios para a aprendizagem. Nesta etapa, também estão presentes dois outros princípios, são eles: constatação e qualificação.

Constatação: centra – se em observar as especificidades físicas de um objeto / pessoa. *‘o ato de avaliar, como todo e qualquer ato de conhecer, inicia – se pela constatação, que nos dá a garantia de que o objeto é como é. Não há possibilidade de avaliação sem a constatação’* (LUCKESI, 1999, p. 8).

Qualificação: ao objeto que está sendo avaliado é atribuída uma qualidade que pode ser tanto negativa, quanto positiva. *‘Só a partir da constatação, é que qualificamos o objeto de avaliação. A partir dos dados constatados é que atribuímos – lhe uma qualidade’* (idem).

- Julgar:

O julgamento prévio está sempre na defesa ou no ataque, nunca no acolhimento. A disposição para julgar previamente não serve a uma prática de avaliação, porque exclui. Para ter essa disposição para acolher, importa estar atento a ela. Não nascemos naturalmente com ela, mas sim a construímos, a desenvolvemos, estando atentos ao modo como recebe mos as coisas. Se antes de ouvirmos ou vermos alguma coisa já estamos julgando positiva ou negativamente, com certeza, não somos capazes de acolher. A avaliação só nos proporcionará condições para a obtenção de uma melhor qualidade de vida se estiver assentada sobre a disposição para acolher, pois é a partir daí que podemos construir qualquer coisa que seja. (ibidem)

- Decidir:

O ato de decidir já se encontra implícito na etapa diagnosticar, pois ao escolhermos uma qualificação (positiva, negativa, satisfatória, insatisfatória) para um determinado objeto ou pessoa, já é tomada uma decisão. Deste modo, avaliar e decidir estão diretamente relacionados, pois um complementa o outro. Decidir pressupõe então, que se tem um objetivo a ser alcançado.

Para serem realizadas, cada umas dessas etapas e ações será preciso desenvolver um planejamento que defina exatamente o que se pretende alcançar. E, para o exercício deste ato será necessário recorrer a conhecimentos específicos que levem em consideração que a atividade de planejar é uma atividade coletiva, cujos objetivos e critérios devem ser bem delimitados e claros.

AVALIAÇÃO: O QUE DIZEM OS AUTORES?

2.1. Algumas considerações teóricas sobre avaliação e exercícios escolares

É notório que o que os pais esperam atualmente da educação escolar de seus filhos difere em muito de algumas décadas passadas, nesta nova fase os pais vem demonstrando grande interesse em saber se o ensino que seus filhos estão recebendo na instituição escolar é mesmo um ensino de qualidade. Tal postura evidencia que os pais se tornaram mais exigentes no que se refere à qualidade do ensino.

Diante do que foi exposto, Hoffmann (1998) afirma que o tema “correção” no contexto escolar é algo que está em debate por conta desta nova preocupação que se tem sobre o ensino. E, aponta duas vertentes que se opõem com relação à tarefa de correção de exercícios, provas, testes, entre outros.

AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA	AVALIAÇÃO MEDIADORA
As correções feitas visam apontar os erros e acertos dos alunos com intuito de tomar decisões sobre a aprovação ou reprovação destes. Os erros cometidos pelos alunos não são vistos como processos construtivos.	Cabe ao educador acompanhar todo o processo que o aluno percorre para construir seu próprio conhecimento. Há uma análise feita sobre as hipóteses realizadas com relação a determinadas questões, ações e manifestações feitas pelos alunos.

Neste aspecto, cabe destacar que os apontamentos sobre o que é certo / errado no que se referem à questão da correção é algo que vem despertando muitos conflitos entre essas duas abordagens acima citadas.

Para Esteban (1999, p.14 – 15):

Freqüentemente a avaliação feita pelo professor se fundamenta na fragmentação do processo ensino / aprendizagem e na classificação das respostas de seus alunos e alunas, a partir de um padrão predeterminado, relacionando a diferença ao erro e a semelhança ao acerto. É a quantidade de erros e de acertos, que também incorpora “comportamento”, os “hábitos” e as “atitudes” dos alunos e alunas, que orienta a avaliação do(a) professor(a). Nesta perspectiva, entende-se que o erro é resultado do desconhecimento, revelador do não-saber do(a) aluno(a), portanto uma

resposta com valor negativo. O erro deve ser substituído pelo acerto, que é associado ao saber, e se revela quando a resposta do(a) aluno(a) coincide com o conhecimento veiculado pela escola, este sim, “verdadeiro”, valorizado e aceito, portanto positivamente classificado. Saber e não-saber, acerto e erro, positivo e negativo, semelhança e diferença são entendidos como opostos e como excludentes, instituindo fronteiras que rompem laços, delimitam espaços, isolam territórios, impedem o diálogo, enfim, demarcam nossa interpretação do contexto e tornam opacas as lentes de que dispomos para realizar leituras do real.

Assim Hoffmann (1998, p. 96) nos diz:

Tradicionalmente, a escola enaltece os procedimentos competitivos e classificatórios com base no certo / errado. Originam – se daí as medalhas de 1º lugar, os prêmios, as estrelinhas. Os quadros de “Honra ao Mérito”... Curiosamente, a escola que é um lugar onde se aprende, inverte a ordem hierárquica: do errado para o certo, e coloca sempre, por ordem de preferência o certo e depois o errado em todas as situações. Assim valoriza – se demais os acertos nas tarefas das crianças e aponta – se os erros, na maioria das vezes, como inaceitáveis, incompreensíveis para o professor.

Para a mesma autora que também tem como base a perspectiva da teoria construtivista, é mais do que necessário superar as idéias correntes sobre os apontamentos dos erros e acertos cometidos pelos alunos. Pois estes deverão ser percebidos pelo educador como algo que será constitutivo ao conhecimento do aluno. “Ao invés do certo/errado e da pontuação tradicional, fazer comentários sobre as tarefas dos alunos, auxiliando-os a localizar as dificuldades, oferecendo-lhes a oportunidade de descobrir melhores soluções” (1993, p. 82). Acompanhar seria uma nova alternativa, no sentido de que este ato, possibilitaria a análise e a reflexão das dificuldades apresentadas pelos alunos, atribuindo novos significados as tarefas realizadas por estes.

Deve ser destacado que, linhas pedagógicas como a construtivista que surgiu no fim do século XIX na Inglaterra, bem como a sociointeracionista, dentre outras que são decorrentes das idéias do movimento conhecido como Escola Nova (possui características que se opõem a escola tradicional), partem do pressuposto de que a criança produz o seu próprio conhecimento em interação como o meio em que está a sua volta. Aprender passa então a ser uma atividade natural que faz parte do cotidiano.

Tal abordagem é algo novo para os pais. Muitos destes ainda não possuem uma percepção clara sobre tal idéia. O ideal seria que todos os pais tivessem conhecimento pelo menos em termos gerais, sobre cada linha pedagógica existente, para entenderem como estas são aplicadas no contexto escolar.

Segundo Hoffmann (1998, p. 92),

... um dos princípios básicos da teoria da construção do conhecimento é a valorização das manifestações das crianças em seus diferentes estágios de desenvolvimento, os pais tomam um verdadeiro susto quando os professores aceitam determinadas tarefas das crianças, (inadmissíveis para o adulto que não compreende tal perspectiva) sem proceder à correção imediata dos cadernos ou dos testes.

Processos avaliativos decorrentes de ações inovadoras é alvo de críticas constantes tanto das famílias dos alunos, quanto da sociedade como um todo. Mas, pensar nas correções feitas em sala de aula, nos remete a refletir sobre o respeito que devemos ter pelas etapas de desenvolvimento percorridas por todos os alunos. Assim, a análise dos exercícios resolvidos pelos alunos deve ter o intuito de observar / investigar aqueles que aprenderam ou não, planejando indagações que beneficiem a descoberta e o aprofundamento em determinados campos que se pretende conhecer. Pensando desta outra forma, aspectos que preconizam atividades de classificação e punição através da análise de certos / errados com o intuito de julgar o saber construído pelo aluno vão sendo cada vez superados.

Retomando ao termo “avaliação mediadora” que é utilizado por Jussara Hoffmann, devemos destacar que este é empregado pela mesma, desde 1991. O intuito principal era refletir sobre o papel do educador na busca por estratégias que melhor dessem conta da aprendizagem do aluno. Para a autora, aprender é algo que acontece continuamente desde que nascemos e que, portanto, é um ato que aprendemos em interação com um outro, seja este outro, um adulto ou uma criança. O importante é que saibamos que aprender é algo coletivo, porque “ninguém aprende sozinho”. Entretanto, nem todos os alunos dispõem dos mesmos recursos para que a aprendizagem ocorra. Cabe ao educador mediador, estar atento às formas com que cada um de seus alunos aprende, investigando, analisando e cuidando para que a aprendizagem seja o objetivo da avaliação mediadora.

2.2. Relação família / escola / avaliação: a perspectiva dos autores

Tratando da temática da avaliação no que tange a relação família / escola, Perrenoud (1999) afirma que a avaliação educacional serve como um elo que aproxima ou estreita os laços entre a família e a escola.

Os pais devem regularmente assinar os trabalhos escritos e sobretudo os boletins, tomando conhecimento desse modo do nível e da progressão de seu filho, e suas dificuldades. A avaliação os tranqüiliza sobre as chances de êxito de seu filho ou os habitua, pelo contrário, à idéia de um fracasso possível até mesmo provável. (PERRENOUD, 1999, p.147)

Percebe - se claramente que a concepção existente sobre avaliação na visão dos pais, ainda é muito clássica cuja preocupação envolve cobranças de resultados que buscam principalmente a promoção de uma série para a outra. Nessa abordagem, tem - se como pressuposto a idéia de uma avaliação com modelo altamente quantitativo que se baseia principalmente na função classificatória que este possui. Preocupando - se assim, com os objetivos a serem alcançados, desqualificando dessa forma, todo o processo percorrido pelo aluno.

Mediante os fatos expostos, é preciso se pensar em uma prática avaliativa que rompa com o paradigma da avaliação quantitativa e que assuma uma nova postura de avaliação que seja mais qualitativa. Como nos diz Maria Teresa Esteban “*a avaliação qualitativa configura-se como um modelo de transição por ter como centralidade a compreensão dos processos, dos sujeitos e da aprendizagem*” (ESTEBAN, 2005, p. 26). Este novo olhar sobre a avaliação provoca uma ruptura com a concepção tradicional que fragmenta o aluno e reduz a dinâmica do processo ensino – aprendizagem.

Perrenoud (1999) também concorda que é realmente necessário se pensar numa evolução das práticas avaliativas. Entendendo que estas deveriam estar de acordo com a perspectiva de uma avaliação mais formativa. Este tipo de avaliação exige maior cumplicidade tanto da equipe escolar quanto dos pais. Mas, o autor evidencia que para uma transformação a esse nível, será preciso rever ou até mesmo fazer alterações na estrutura educacional como um todo e mais especificamente, da escola. Tal mudança na avaliação implicaria em uma “*transformação do ensino, da gestão da aula, do cuidado com o aluno em dificuldade*” (PERRENOUD, 1999, p.149).

Em uma visão formativa a avaliação ocorre durante o ano letivo, auxiliando o educador nas dificuldades e necessidades de seus alunos.

Como nos alerta Perrenoud (1999, p.89), a avaliação formativa leva

o professor a observar mais metodicamente os alunos, a compreender melhor seus funcionamentos, de modo a ajustar de maneira mais sistemática e individualizada suas intervenções pedagógicas e as situações didáticas que propõe, tudo isso na expectativa de otimizar as aprendizagens.

O objetivo principal da avaliação formativa é então, fornecer dados para que o educador possa aperfeiçoar o processo ensino – aprendizagem. A avaliação com essa característica possibilita que seja criado nos alunos o sentimento de cooperação em substituição ao sentimento de competição. Ou seja, a avaliação formativa, abre espaço para que todos possam interagir mutuamente, trabalhando em conjunto.

No entanto, o trabalho realizado em grupo ainda é algo estranho para os pais. Pois estes ainda estão habituados às atividades feitas individualmente. Não podemos julgá – los por tal atitude, é provável que assim como na vida escolar dos educadores, a percepção sobre aprendizagem ainda está enraizada a idéias de que o conhecimento é algo individual.

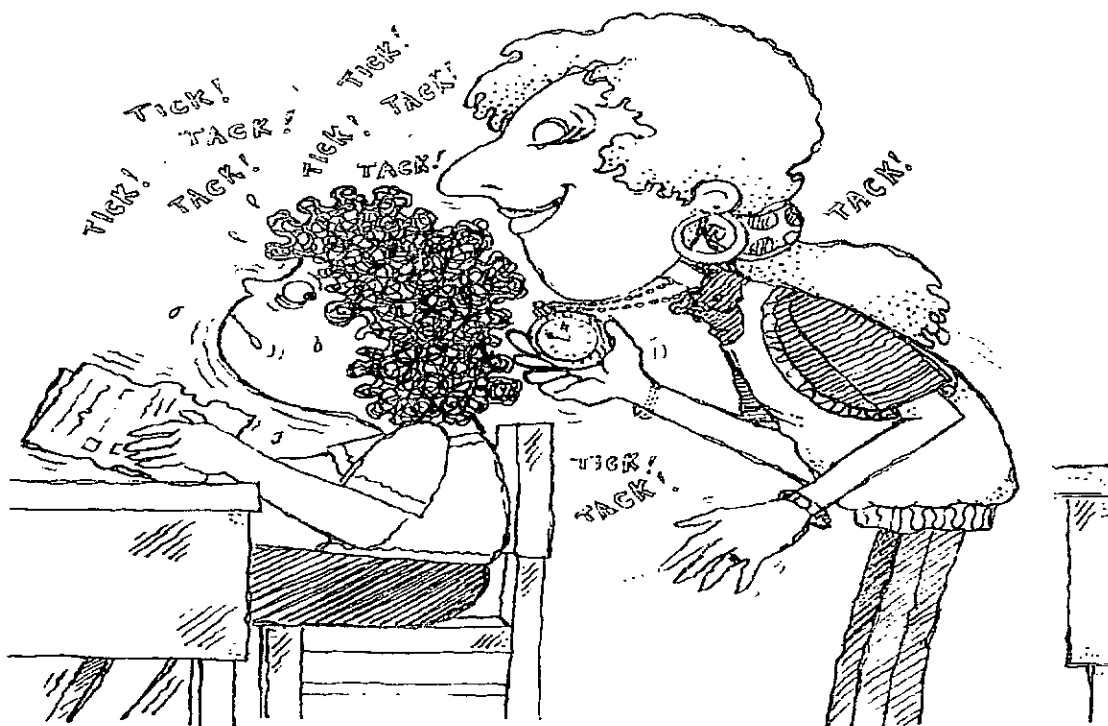
Contudo, a avaliação formativa passa então, a auxiliar o professor em seu ensino e o aluno em seu aprendizado. A avaliação, como afirma Haydt (1994) oferece ao aluno a oportunidade de conhecer seus limites e habilidades. E, quando a avaliação é realizada tendo em vista a satisfação tanto do aluno, quanto do professor, o alcance aos objetivos desejados tornam – se mais prováveis.

A avaliação é então, um elemento fundamental da prática educativa que possui diferentes sentidos e que precisa ser realizada constantemente, acompanhando todo o percurso do ensino e da aprendizagem, criando possibilidades para que sejam tomadas atitudes em prol de uma intervenção didática que seja mais qualitativa.

Entretanto, devemos destacar que há professores que se utilizam de instrumentos simples e de fácil manipulação para coletar dados sobre o rendimento de seus alunos. Isto, porque há uma grande diversidade de instrumentos que podem ser utilizados no contexto escolar. Aqui neste trabalho mencionarei sucintamente a título de exemplo, apenas parte destes. São eles:

- Testes

As pessoas submetidas a este tipo de avaliação são postas em uma situação comum a todos. Este tipo de instrumento necessita que todos tenham tranquilidade para dar suas respostas, então não é estipulado um tempo para a sua entrega. Possibilita ainda, uma maior precisão dos resultados, além de haver pouca interferência da pessoa (neste caso o educador) que está aplicando.



Desenho 2: O tempo nunca deve funcionar como um fator de pressão sobre o aluno.

Fonte: Haydt, 1994, p.111

- Trabalho em grupo

Este tipo de atividade é realizada com a participação do coletivo e tem a capacidade de abranger conteúdos diversos quando se tem escassez de tempo. Pode ser feita de diversas maneiras, ou seja, podem ser oral, escrita, dentre outras formas. Cria a possibilidade de que os participantes deste tipo de atividade interajam entre si, cooperando uns com os outros. Além disso, *“os trabalhos em grupo são gatilhos para a reflexão de cada aluno, para desenvolvimento do conhecimento em sua perspectiva de compreensão. Oportunidades de defender pontos de vista espontâneos, expressões do seu vivido”* (HOFFMANN, 1998, p.74).



Desenho 3: O trabalho em equipe é importante porque cria oportunidade para o diálogo e a troca de informações.

Fonte: Haydt, 1994, p.139

- **Auto – avaliação**

No contexto escolar a auto – avaliação serve para que o aluno possa avaliar seu próprio desempenho, permitindo que se tenha acesso a seus erros e acertos. Desta forma, além de termos a preocupação em desenvolver uma avaliação que seja mais dinâmica, participativa, é importante fazer com que os educandos exerçam a capacidade de se auto – avaliarem. Sendo assim, é preciso que haja sentimento de confiança e acima de tudo que, que exista cooperação nas relações estabelecidas entre professor e aluno.

Este tipo de avaliação pode ser feita através da análise oral ou até mesmo por escrito. É importante que o educador coloque a disposição de seus alunos um pequeno roteiro de auto – avaliação, delimitando assuntos que este gostaria que seus alunos discorressem. Este instrumento fornece ainda, dados sobre o aprendizado dos alunos e auxilia na escolha de atividades a serem desenvolvidas.

- Provas dissertativas

Composta por uma ou mais perguntas que demandam capacidade para estabelecer relações. Aqui os educandos podem elaborar suas respostas utilizando palavras próprias, articulando, organizando e até mesmo fazendo análises críticas quando possível. É de extrema importância, estabelecer tempo suficiente para que os alunos possam pensar e sistematizar as idéias.

Torna – se imprescindível destacar que na escola em geral, o instrumento que vem sendo mais utilizado é a prova. Instrumento este, que é de conhecimento de todos que um dia fizeram parte do quadro de aluno de uma instituição escolar.

Em sua maioria, as provas funcionam como um instrumento que oprime o aluno e que segrega os alunos que tiram nota boa (memorizaram o conteúdo) dos que possui dificuldades na aprendizagem.



Desenho 4: A avaliação deve ser encarada como uma forma de estimular o aluno e não como um instrumentos de punição ou tortura.

Fonte: Haydt, 1994, p. 27.

Infelizmente, a prova acaba se tornando um instrumento assustador para aqueles que as está submetidos.

Deste modo cabe enfatizar, que muitos educadores têm se utilizado da avaliação como um instrumento de poder. Alguns professores dizem para seus alunos que vão fazer uma avaliação, quando na verdade o que vão fazer é uma prova, um teste ou um trabalho, não uma avaliação. Pois como sabemos a avaliação é um todo, ou seja, um processo. E mesmo que a avaliação seja feita na perspectiva da avaliação somativa, não se faz avaliação em um único dia.

No que se refere às provas realizadas nas escolas, segundo Moretto (2001, p. 94):

para grande parte dos pais, a prova também não cumpre seu real papel. Se a nota foi razoável ou ótima, os pais dão – se por satisfeitos, pois pressupõem que a nota traduz a aprendizagem correspondente, o que nem sempre é verdade. E os alunos sabem disso. Se a nota foi de aprovação, o aluno a apresenta como um troféu pelo qual deve receber a recompensa.

No entanto, ao longo dos anos, alguns educadores foram constatando que os procedimentos utilizados a cima não davam conta do processo ensino – aprendizagem e muito menos favorecia uma aproximação entre escola e família. E viram que era preciso a busca por instrumentos que fornecessem maiores informações sobre a criança, para um acompanhamento individual futuro.

Sendo assim, uma outra forma que poderia ser utilizada para acompanhar o percurso de aprendizagem do aluno é a utilização do portfólio. Pois este instrumento permite ao educador a possibilidade de “acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento de cada criança, além de aproximar a escola dos pais, levando – os a participar das etapas do processo avaliativo” (ARAGÃO, 2006, p. 16).

O portfólio já é utilizado em muitas escolas. Sendo elaborado ao decorrer do ano letivo reunindo informações como:

ficha de identificação da criança, lista e foto com o nome de todas as crianças da turma, relatório de trabalhos realizados a cada bimestre, amostras dos trabalhos das crianças com comentários das professoras (desenhos, escritas, etc), fotografias e relatos escritos sobre o desenvolvimento sócio – afetivo das crianças. (idem)

Através do portfólio a família também teria um maior contato com o processo de ensino – aprendizagem dos seus filhos. Tanto em casa quando seus filhos levam este

instrumento, quanto nas reuniões feitas nas escolas, onde todos os familiares teriam acesso a informações contidas neste material.

Este percurso mostra que talvez seja indispensável lançar mão de instrumentos variados ou combinados para a coleta de dados sobre a trajetória de aprendizagem dos alunos e também do trabalho do professor. Porém, deve-se ter noção de que não se trata de adotar aleatoriamente instrumentos de avaliação, mas sim, selecionar aquele que seja conveniente a cada situação.

Todo instrumento possui sua finalidade e utilidade, apresentando assim, suas vantagens e desvantagens. Cabe ao professor que queira obter êxito em sua atividade pedagógica, buscar os recursos de avaliação mais condizente com os objetivos que se pretende alcançar.

2.3. Família – escola: um diálogo permanente

Para que este trabalho monográfico fosse realizado foi preciso selecionar os autores que gostaria de trabalhar. Então, decidi que escolheria pesquisadores renomados que tratam da temática em questão e que fossem autores bastante lidos em cursos de licenciatura, mas especificamente em Pedagogia.

Todos os pesquisadores escolhidos escrevem de forma clara e explicativa sobre diferentes temas da atualidade que abrangem uma multiplicidade de aspectos. Entretanto, na referência bibliográfica utilizada constatou – se que a temática que aqui decidi investigar, analisar e refletir, ou seja, avaliação da aprendizagem sob a perspectiva da relação família e escola, pouco é discutida nos textos sobre avaliação que foram escritos pelos mesmos e lidos para a produção da presente monografia.

Sendo assim, nas linhas que se seguem, procurei destacar alguns aspectos ressaltados pelos autores lidos.

O que se pode observar e que também vem sendo discutido no decorrer desta monografia é que há uma exagerada preocupação dos envolvidos (pais, professores, alunos) na prática educativa com a questão da promoção do aluno de uma série escolar para a outra.

Os alunos logo no início do ano começam a especular sobre as formas (exercícios, provas, testes) que serão utilizadas para que ele tenha uma nota no final do ano letivo. Quanto aos pais, podemos dizer que estes querem que seus filhos avancem para uma série

subseqüente. E já os educadores, utilizam – se de vários instrumentos avaliativos que visam a um resultado.

De acordo com Cipriano C. Luckesi (1997, p.19 – 20),

“Os pais estão voltados para a promoção. Os pais das crianças e dos jovens, em geral, estão na expectativa das notas dos seus filhos. O importante é que tenham notas para serem aprovados. Isso é facilmente observável na denominada Reunião Pais e Mestres, no final de cada bimestre letivo, especialmente no nível de escolaridade de 1ª Grau. Os professores vão à reunião para entregar os boletins aos pais e conversar com eles sobre as crianças que estão “com problemas”. Tais problemas, na maior parte das vezes, se referem às baixas notas de aproveitamento. Os pais, cujos filhos apresentam notas significativas, não sentem necessidade de conversar com os professores de seus filhos (que reunião é essa, então, em que reunidos não têm interesse em conversar sobre o tema para qual foram convidados?). Aliás os encontros são realizados de tal forma que não há meio de se conversar. São todos os pais de uma turma de trinta ou mais alunos para conversa com um único professor num mesmo momento. O ritual é criado para que efetivamente não haja um encontro educativo. Então, em geral, os pais se satisfazem com as notas boas, que, por sua vez, estão articuladas com as provas, nas quais estão centrados professores e alunos”.

De maneira geral os pais dos alunos que obtém êxito em seu aprendizado valorizam o professor e conseqüentemente as notas dadas por estes. Para estes pais acompanhar o processo avaliativo é um meio de acompanhar o desempenho de seus filhos. Quanto as notas e as provas, os pais consideram que estes instrumentos traduzem o desempenho escolar de seus filhos.

Os professores, quando sabem que os familiares estão envolvidos com o processo educativo de seus filhos, se empenham em suas tarefas na busca pela satisfação dos pais. Desta forma é preciso reconhecer que nesta relação estabelecida entre escola e família um sempre espera algo do outro.

Quanto às reuniões de pais organizadas pela escola, devemos considerar que este é o momento primordial das relações entre a família e a escola. Contudo, percebe – se que a maioria dos pais só se interessam pelos resultados finais, ou seja, pelas notas obtidas por seus filhos. O que era para se constituir como um espaço de reciprocidade ou ainda um “feedback” de informações sobre aprendizagens, acaba se reduzindo a discussões sobre comportamentos e notas. Em alguns casos, os pais permanecem calados nestas reuniões até por conta da forma como estas são conduzidas. O diálogo que predomina parece mais um diálogo de surdos, onde só quem fala são os educadores, cabendo aos pais o papel de ficarem

só ouvindo. Então, estes encontros entre pais e professores acabam não se constituindo como uma estratégia eficaz.

Para os pais este momento dedicado a reuniões deveria ser visto também, como uma forma de eles verificarem se os procedimentos utilizados na escola estão de acordo com suas expectativas

Na maioria das vezes, os pais encorajam seus filhos a correrem atrás dos resultados, sem quererem saber quais meios seus filhos irão percorrer para alcançar o que se espera. Muitos não demonstram nem se quer o interesse em saber o conteúdo pedagógico que está sendo trabalhado na escola, até porque,

os programas e os métodos da escola de hoje confundem os pais que não entendem nada de matemática de conjuntos ou dos conteúdos renovados do ensino da língua materna, das línguas estrangeiras, da história, da geografia ou das ciências. Em compensação, quando se fala do sistema de avaliação a escola parece ainda muito próxima daquilo que os pais conheceram "em sua época", mesmo quando deixaram a escola há quatorze anos. (PERRENOUD, 1999, p.147)

Nesta perspectiva, torna – se necessário restaurar o vínculo entre a escola e a família para que juntos possam refletir sobre o que deveria ser a grande preocupação da escola, da família e da sociedade. Pais, alunos e professores deveriam assumir – se como aliados na busca por uma sociedade mais justa e mais democrática. A ênfase dada deveria estar articulada ao aprendizado dos educandos e não aos resultados que se almejam alcançar. Educadores, familiares, ou seja, toda a comunidade que gira em torno da escola, deveria buscar formas que visem à transformação da realidade que hoje existe no contexto escolar, tentando mudar a prática que ainda é altamente excludente e classificatória. E para que esta relação seja mais proveitosa, é preciso construir coletivamente práticas de diálogo, onde ambas as partes tenham voz e vez, para que aconteça uma real troca de saberes, entre os parceiros / aliados neste processo.

Na concepção de Jussara Hoffmann (1998, p.108), *em relação às famílias, as escolas que vêm buscando transformações, precisam envolvê-las nesse processo: jogo aberto, exemplos concretos, discussão de propostas pedagógicas, seminários com especialistas.*

No entanto, devemos mencionar que diferentemente do que acontece nas classes populares, onde os familiares só aparecem na escola quando chamados para resolver problemas que se referem à dificuldade de aprendizagem ou de indisciplina de seus filhos e

também nas reuniões de pais e mestres, os familiares de crianças oriundas da classe média possuem uma maior participação na vida escolar de seus filhos.

Para Philippe Perrenoud (1999, p.147),

preocupadas com a “carreira” de seus filhos, as famílias de classe média ou alta aprenderam o bom uso das informações dadas pela escola sobre seu trabalho, suas atitudes e suas aquisições. Elas sabem contestar certas tabelas ou certas correções, fazer contato com o professor para melhor compreender as razões de eventuais dificuldades e intervir junto à criança e sobretudo utilizar as notas ou as apreciações qualitativas para modular a pressão que exercem sobre os deveres e, mais geralmente, o sono, as saídas, o tempo livre, as atitudes de seu filho.

Desde muito cedo, ainda na época de jardim de infância, os pais das crianças de camadas mais favorecidas da sociedade, começam a participar mais ativamente na escola. Vão a festinhas, comemorações, reuniões. Colaboram com seus filhos nas atividades recomendadas para serem feitas em casa e recorrem quando necessário, a professores particulares. Tais atitudes favorecem a motivação e o aproveitamento escolar desses alunos.

Mediante a tais fatos, podemos dizer que há uma necessidade de estabelecer um contanto constante entre família e escola, pois, quando há um bom relacionamento entre estas duas instituições, os efeitos são positivos para todos os envolvidos e a aprendizagem dos educandos passa a ser mais significativa.

É necessário então, que os pais se sintam membros participativos do contexto escolar porque eles desempenham um papel de extrema importância na vida de seus filhos. O entrosamento entre estes indivíduos influencia no comportamento do aluno em sala de aula e também no desempenho escolar deste.

Outro aspecto que deve ser mencionado é que os pais que são mais presentes na vida escolar de seus filhos aprendem mais quando se envolvem com a educação de filhos e se tornam mais autoconfiantes em suas relações profissionais e também familiares.

Avaliação nos Parâmetros Curriculares Nacionais

3.1. Relação família / escola / avaliação: a visão oficial

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) referentes às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental é um documento que o MEC disponibiliza para os educadores com o propósito de ajudá-los em sua prática de sala de aula.

Nas diferentes áreas tratadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), tais como, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física, bem como os documentos que se referem aos temas transversais, trazem em seu texto os critérios que devem ser utilizados pelos educadores no processo de avaliação.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), a idéia tradicional de avaliação vem sendo atualmente questionada, considerando – se assim, que o ato de avaliar faz parte do processo educativo. E, que, portanto, deve ser uma atividade contínua, favorecendo deste modo a construção do conhecimento pelo aluno.

Desta forma, contrapondo a percepção de que os instrumentos avaliativos devem ser utilizados como um veículo de ameaça e opressão aos alunos é que devemos considerá-los como um

...elemento favorecedor da melhoria de qualidade da aprendizagem, deixando de funcionar como arma contra o aluno. É assumida como parte integrante e instrumento de auto-regulação do processo de ensino e aprendizagem, para que os objetivos propostos sejam atingidos. A avaliação diz respeito não só ao aluno, mas também ao professor e ao próprio sistema escolar. (idem, p. 54)

Neste aspecto, a avaliação de acordo com os PCN's deve ser uma atividade que propicie a tomada de decisões, além de ser interpretada como um:

elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino; conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma; conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como; elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa; instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades; ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho. Uma concepção desse tipo pressupõe considerar tanto o processo que o aluno desenvolve ao aprender como o produto alcançado. Pressupõe também que a avaliação se aplique não apenas ao aluno, considerando as expectativas de aprendizagem, mas

às condições oferecidas para que isso ocorra. Avaliar a aprendizagem, portanto, implica avaliar o ensino oferecido — se, por exemplo, não há a aprendizagem esperada significa que o ensino não cumpriu com sua finalidade: a de fazer aprender. (BRASIL, 1997, p. 83 – 84)

Entretanto, devemos esclarecer que todos aqueles que fazem parte do convívio social da criança exercem influência significativa neste processo de ensino - aprendizagem. Até porque, quando os alunos chegam à escola levam consigo todos os saberes e vivências adquiridas nos mais variados espaços. Em contrapartida, os conhecimentos compartilhados no contexto escolar também são alvos de influências.

Como consta nos PCN's (idem, p. 54):

os alunos não contam exclusivamente com o contexto escolar para a construção de conhecimento sobre conteúdos considerados escolares. A mídia, a família, a igreja, os amigos, são também fontes de influência educativa que incidem sobre o processo de construção de significado desses conteúdos. Essas influências sociais normalmente somam-se ao processo de aprendizagem escolar, contribuindo para consolidá-lo; por isso é importante que a escola as considere e as integre ao trabalho. Porém, algumas vezes, essa mesma influência pode apresentar obstáculos à aprendizagem escolar, ao indicar uma direção diferente, ou mesmo oposta, daquela presente no encaminhamento escolar. É necessário que a escola considere tais direções e forneça uma interpretação dessas diferenças, para que a intervenção pedagógica favoreça a ultrapassagem desses obstáculos num processo articulado de interação e integração.

Sendo assim, é necessário considerar que o conhecimento é algo que construímos em interação com um outro, seja no ambiente escolar ou fora deste. Mas, é primordial que a escola considere tais conhecimentos e se torne um dos principais meios pelos quais esses saberes adquiridos nestes contextos sejam articulados para que o aluno possa ampliar seus conhecimentos a partir do que já lhes foi apresentado.

Logo, conclui – se que o conhecimento é um processo contínuo e algo que não depende de apenas um único sujeito, ou seja, não se restringe ao educador, a família, a um material didático, dentre outros.

A preferência aqui deve centrar – se na participação ativa do aluno na construção do seu próprio conhecimento, propiciada também, pelas relações estabelecidas entre a comunidade escolar e os pais dos alunos.

Na perspectiva dos PCN's, neste

processo evidencia-se a necessidade da participação da comunidade, em especial dos pais, tomando conhecimento e interferindo nas propostas da escola e em suas estratégias. O resultado que se espera é a possibilidade de os alunos terem uma experiência escolar coerente e bem-sucedida.
(BRASIL, 1997, p. 49)

Mediante a tais fatos, é importante salientamos que é essencial que os pais estejam envolvidos na vida escolar de seus filhos e, portanto, nos projetos desenvolvidos na escola, em busca de um conhecimento mais profundo sobre o que está sendo realizado. Entendendo que tal envolvimento esclarecerá seus medos e expectativas em relação à escola e a seus procedimentos.

Dado o exposto, podemos dizer que o conhecimento adquirido na escola só terá sentido se houver a interação dos alunos, pais, professores e outros agentes educativos que possam contribuir para a formação e fortalecimento do desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Ressaltemos ainda, que nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) é proposto que seja feita uma ampliação na concepção existente sobre família. O intuito principal é que tal abrangência indique que a presença dos pais e de toda comunidade na instituição escolar é imprescindível para o estreitamento das relações entre essas instituições para que surjam papéis mais ativos no processo educativo das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta monografia percebeu – se que nas discussões feitas sobre o processo de ensino – aprendizagem aspectos relacionados à avaliação ganham mais ênfase.

Entretanto, constatou – se que a característica predominantemente exclusiva da avaliação tem provocado inúmeras controvérsias. Isto porque o processo avaliativo que vem ocorrendo nas escolas ainda tem suas raízes fincadas na perspectiva da avaliação tradicional, que não considera o aprendizado individual de cada aluno e que afeta consideravelmente o desenvolvimento contínuo deste.

Contudo, a presente monografia buscou refletir sobre a avaliação na perspectiva da relação família e escola, ressaltando ainda, aspectos que visem à superação de idéias de avaliar como um ato autoritário, injusto, classificatório e seletivo.

De acordo com Fernandes (2007, p. 103):

A educação escolar com a qual convivemos, crescemos e nos habituamos, portanto, aquela com a qual nos naturalizamos, traz em sua origem e em sua lógica de organização e dinâmica escolar uma concepção de avaliação marcada por uma forte idéia de que as aprendizagens devem ser classificadas em certas ou erradas, de acordo com os programas das disciplinas, correspondentes às expectativas externas. Dessa forma, esse entendimento acerca do papel da avaliação termina por selecionar aqueles estudantes que aprenderam os conteúdos programados para a série em que se encontram daqueles que não aprenderam.

Sendo assim, levando – se em conta o que foi observado e analisado nos textos utilizados, pude perceber que o ato de avaliar é de extrema importância no processo ensino – aprendizagem. E, que, portanto, a mudança nas concepções existentes sobre a avaliação é mais do que necessária. No entanto, para que haja uma mudança efetiva é imprescindível que tal transformação venha acompanhada do envolvimento dos pais, educadores e comunidade escolar. Assumindo desta forma, um caráter democrático, onde todos nós devemos ter a consciência de que a transformação é possível e é responsabilidade de todos.

Este novo olhar sobre a prática avaliativa nos leva a acreditar que é plausível caminhar mesmo que seja lentamente, em direção a formas de avaliação mais justa e que levem em consideração a grande diversidade cultural existente nas salas de aula, assim como, as diferenças de aprendizagem, dentre outros fatores.

Em virtude dos fatos mencionados no decorrer deste trabalho, percebe – se que a maioria das escolas possui uma visão quantitativa da avaliação. Pois o que mais tem sido

valorizado no contexto da instituição escolar é a questão da nota e que por consequência está articulada as concepções de reprovação / aprovação. Este tipo de avaliação acaba se tornando *“uma forte concorrente para ser um fator de exclusão escolar, na medida que seleciona apenas aqueles estudantes que se adaptem aos padrões normais”* (2007, p. 103).

Em oposição a esta idéia de avaliação ainda predominante, foram mencionados pesquisadores tais como Cipriano Luckesi, Maria Teresa Esteban, Philippe Perrenoud, Jussara Hoffmann, Celso Vasconcellos, Claudia Fernandes, dentre outros que propõe que o ato de avaliar não se restrinja ao julgar o conhecimento que o aluno possui, mas sim, promover práticas avaliativas que partam da aprendizagem e limitações que o aluno possui, tornando possível a reflexão para redefinir o fazer pedagógico.

O ato de avaliar em síntese deve ser uma fonte de informação sobre as possíveis dificuldades encontradas pelos alunos e ser considerado um instrumento que auxilia a aprendizagem dos mesmos, visando assim, não somente os resultados, mas, sim, verificar os aspectos do processo de ensino – aprendizagem que devem ser melhorados para que a formação destes alunos seja mais coerente com os objetivos que foram traçados.

A Avaliação é então um tema que vem sendo bastante debatido no decorrer dos últimos anos na tentativa de romper ou até mesmo superar a lógica classificatória e meritocrática.

Entretanto, segundo Vasconcellos (1998, p. 91)

é importante estarmos atento às pseudos – superações: práticas que aparentemente são inovadoras, mas que na verdade, por não terem tocado nas causas mais profundas, acabam distorcendo ainda mais a realidade, e confundindo os sujeitos envolvidos, dada a boa intenção investida em tais iniciativas.

Em vista dos argumentos apresentados procurei – se também através dos Parâmetros Curriculares Nacionais compreender como se dá a relação entre família – escola no que se refere a avaliação. Entretanto, constatou – se que assim como nos textos dos autores citados acima, no PCN’s o tema desta monografia pouco é discutido.

Dado o exposto, através desta monografia procurei refletir um pouco mais sobre a prática avaliativa que acontece no contexto escolar e hoje possuo uma percepção mais clara sobre esta temática. Percebo que para a melhoria da qualidade da educação é imprescindível discutir sobre o ato de avaliar.

Cumpramos conscientizar os educadores e teóricos do ensino quanto à necessidade de se pensar sobre práticas avaliativas que priorizem o aprendizado do aluno e não os seus

resultados, de modo que, no futuro, possamos ter uma melhoria na qualidade da Educação, que possibilite a formação de cidadãos mais ativos e autônomos na nossa sociedade.

Enfim, pela observação dos aspectos analisados, conclui – se que o processo avaliativo deve ser pensando continuamente para que possamos construir novas práticas de ensino que superem a concepção tradicional e que redimensione o processo de ensino – aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, R. O portfólio como novo instrumento de avaliação. Revista Criança. p. 14 – 17. Nov, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução. Brasília: MEC / SEF, 1997.
- ESTEBAN, M. T. Ser professora: avaliar e ser avaliada. In: ESTEBAN, M. T. (org). Escola, currículo e avaliação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____ A avaliação no cotidiano escolar. In: ESTEBAN, M. T. (org). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- DOROCINSKI, S. I. Avaliação escolar: da repressão ao acolhimento, trajetória possível e necessária. Disponível em <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/16724.pdf>. Acesso em: 09 / 10 / 2007.
- FERNANDES, C. O. Avaliação escolar: diálogo com professores. In: SILVA, J. et al. (orgs). Práticas avaliativas em todas as áreas: rumo às aprendizagens significativas. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- _____ Avaliação sempre envolve uma concepção de mundo. Revista Criança. p. 9 – 11. Nov, 2006.
- _____ Escola em ciclos: uma escola inquieta – o papel da avaliação. In: FETZNER, A. R (org). Ciclos em Revista. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2007.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GUEDES, A. O. Elaboração e organização de instrumentos de acompanhamento e avaliação da aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Revista Criança. p. 12 – 13. Nov, 2006.

- HAYDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino – aprendizagem. 4.ed. São Paulo: Ática, 1994.
- HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma pratica em construção da pré-escola a universidade. 13. ed. Porto Alegre : Mediação, 1998.
- _____ Avaliação, mitos e desafios: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1993.
- LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____ O que é mesmo o ato de avaliar? Revista Pátio. Porto Alegre: ano 3, nº 12. p. 6 – 11. Fev / Abr, 2000.
- MORETTO, V. P. Avaliar com eficácia e eficiência. In: MORETTO, V. P. (org). Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NOGUEIRA, M. L. de L. Pesquisa em Educação e Projeto Político Pedagógico 3. Vol. 1: Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2004.
- OLIVEIRA, C. I. C. de; FERNANDES, C. O. Pesquisa em Educação e Projeto Político – Pedagógico 4. Vol. 1: Rio de Janeiro: Fundação CEDERJ, 2006.
- PERRENOUD, P. Não mexa na minha avaliação! Uma abordagem sistêmica da mudança. In: PERRENOUD, P. (org). Avaliação: da experiência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed, 1999.
- SILVA, R. Família e escola na formação da criança. Disponível em <http://www.vezdomestre.com.br>. Acesso em: 05 / 11 / 2007.
- VASCONCELLOS, C. S. Redefinindo a intencionalidade da avaliação. In: VASCONCELLOS, C. S. (org). Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação – do “e proibido reprovar “ ao é preciso garantir a aprendizagem. São Paulo: Libertad, 1998.

- _____ . Perspectiva de superação da avaliação classificatória e excludente. In: VASCONCELLOS, C. S. (org). Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação – do “e proibido reprovar “ ao é preciso garantir a aprendizagem. São Paulo: Libertad, 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH
Escola de Educação - EE
Departamento de Didática - DID

MONOGRAFIA II

ALUNO(A): Ana Paula da Silva Mendonça (20032351173)

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: Avaliação: que bicho é esse?

ORIENTADOR(A): Profa Dra. Claudia Fernandes

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: MARIA ELENA VIANA SOUZA

Nota: 9,0

Considerações:

Trata-se de uma revisão bibliográfica bem feita em que foram utilizados autores de renome na área, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Nesse sentido, esse estudo representou acréscimo de contribuições para a autora e traz para a Pedagogia algumas considerações pertinentes, pois, a avaliação é sempre um tema inconclusivo. Se a autora tivesse tido oportunidade de entrevistar alguns professores, o trabalho ficaria mais original, pois, deixamos a nós de quem pratica a avaliação no seu dia-a-dia profissional. A monografia atende aos critérios exigidos tanto no que se refere aos conteúdos quanto à formatação.

Parabéns, Ana Paula!

DATA: 12/12/2007

Assinatura: Maria Elena Viana Souza

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: Claudia de O. Fernandes

Nota: 10.0

Considerações:

O trabalho monográfico cumpre as exigências para este tipo de trabalho. O tema foi bem articulado no texto, alguns conceitos foram tecidos de forma bastante organizada.

A temática enfocada pela pesquisa bibliográfica torna-se original, a medida em que a relação avó/cunhado/cunhada/família sempre aparece de forma menos aparente na literatura. Parabéns a Ana Paula pela pesquisa.

Data: 03/12/2007

Assinatura: Claudia de O. Fernandes

TERCEIRO AVALIADOR

Professor de Monografia II: Janaina S.S. Menezes

Nota: 9,5

Considerações:

O trabalho apresenta os principais elementos de uma monografia.

Data: 06/12/07

Assinatura: Janaina S.S. Menezes

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média final
9,0	10,0	9,5	9,5